



População em situação de rua, serviço social e contradições do capitalismo dependente

Homelessness, social work and the contradictions of dependent capitalism

Antônio de Albuquerque Gonçalves Júnior*

 <https://orcid.org/0000-0002-2737-0410>

RESUMO

Este texto tem por finalidade trazer aspectos sobre o desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro auxiliado pelos estudos de intelectuais da Teoria Marxista da Dependência que podem contribuir com a interpretação da particularidade da formação social brasileira, bem como da questão social no Brasil e compreender a situação da população em situação de rua e os desafios do trabalho no cotidiano do Assistente Social junto a esta população na atual quadra histórica. Utiliza-se como metodologia a revisão de bibliografia que debate a Teoria Marxista da Dependência, a formação social brasileira, bem como autores do Serviço Social que discorrem acerca da questão social e das políticas sociais. Tem-se como resultado que a formação social dependente, aliada a hegemonia neoliberal, tem aprofundado as contradições de nossa sociedade e ampliado os fatores históricos que permitem a existência de uma população em situação de rua crescente. Bem como ampliam os desafios postos aos Assistentes Sociais que são desafiados a encontrar respostas para ultrapassar as armadilhas do cotidiano.

PALAVRAS-CHAVE

Capitalismo dependente; Centro Pop; População em situação de rua; Serviço Social.

ABSTRACT

This text aims to bring aspects about the development of Brazilian dependent capitalism aided by the studies of intellectuals of the Marxist Theory of Dependency that can contribute to the interpretation of the particularity of the Brazilian social formation, as well as the social issue in Brazil and understand the situation of the homeless population and the challenges of the work in the daily life of the Social Worker with this population in the current historical period. The methodology used is the review of bibliography that discusses the Marxist Theory of Dependence, the Brazilian social formation, as well as authors of Social Work who discuss the social issue and social policies. The result is that dependent social formation, combined with neoliberal hegemony, has deepened the contradictions of our society and amplified the historical factors that allow the existence of a growing homeless population. They also amplify the challenges posed to Social Workers who are challenged to find answers to overcome the pitfalls of everyday life.

*Assistente Social. Graduado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, Recife, Brasil). Assistente Social na Prefeitura da Cidade do Recife (PCR, Recife, Brasil) e Mestrando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, Rio de Janeiro, Brasil). E-mail: antoniojnrg68@hotmail.com

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p398-413



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

KEYWORDS

Dependent Capitalism; Pop center; Homeless population; Social Work.

Introdução

A sociedade capitalista gera permanentemente ilhas de desigualdade ao mesmo passo que gesta riquezas nunca imaginadas na história da humanidade. A questão social, e suas diversas expressões, são fruto das contradições iminentes desse complexo social e pensar na questão da população em situação de rua é refletir acerca do funcionamento iminente desse sistema de produção, posto que “quanto maior forem as camadas lazentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista” (Marx, 2017, p. 719).

O seguinte texto é fruto da experiência e das reflexões feitas no período de um ano e seis meses na Política de Assistência Social, especificamente no atendimento à população em situação de rua no Centro Pop Glória, localizado em Recife-PE. Esse fazer profissional requer diariamente do Assistente Social um processo de reflexão e de pesquisa que nos auxilie a avançar criticamente no desvelamento da realidade e das demandas imediatas postas aos profissionais, buscando sempre as mediações para análise da totalidade social, como nos salienta Iamamoto (2000).

O Brasil no geral, e Recife em particular, têm passado por transformações econômicas e sociais na última década que refletem o acirramento da luta de classes a partir do desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, da reconfiguração do papel do Estado na disputa pelo fundo público — através de políticas de austeridade cada vez mais ampliadas, aliadas ao mais tacanho conservadorismo, o assim chamado ultra neoliberalismo (Fontes, 2020) — e do aprofundamento do papel de país capitalista dependente, primário exportador na divisão internacional do trabalho.

Essas ações traduzem-se não apenas em estatísticas, mas em consequências objetivas na vida da população, especialmente na fração mais pauperizada da classe que vive do trabalho. Aumento do desemprego e do trabalho informal, a precarização de políticas sociais, o retorno da fome alastrada como fator dominante da vida da classe trabalhadora, ampliação da concentração de renda, terra e riqueza, além do crescimento da população em situação de rua e/ou em moradias precárias, estas são expressões da questão social que se sobrepõem no dia a dia do povo brasileiro e, por conseguinte, no trabalho de Assistentes Sociais país adentro.

Em 2019, um estudo realizado pelo IBGE apontou o Recife como a capital mais desigual do Brasil (Recife [...], 2020), característica esta que foi reafirmada pelo Boletim Desigualdade nas Metrôpoles nº 13 de 2023 (Salata; Ribeiro, 2023). Apesar do contexto pandêmico da Covid-19, que não podemos ignorar nos momentos de análise da realidade social, o Recife já demonstrava uma tendência a agudização das suas mazelas históricas, que encontram determinações particulares enquanto cidade incluída na periferia da periferia do capital, incluída na lógica do desenvolvimento desigual e combinado, mas que refletem as tendências universais do Brasil.

Dentre essas tendências, uma tem se mostrado de forma gritante: o aumento da população em situação de rua. As lutas em torno da terra e da ocupação urbana — especialmente na região metropolitana do Recife — encarnadas pelas grandes construtoras, aliada a um processo de desemprego e falta de políticas de moradia popular transformam ruas e calçadas em destinos de sobrevivência dos mais variados públicos, que procuram como último espaço de respiro os poucos aparelhos públicos estatais destinados a essa população: os centros pops.

É com o objetivo de contribuir teoricamente com esta temática, tendo o método marxista como objeto de compreensão do real — uma vez que “sem os instrumentos teóricos elaborados pela crítica da economia política marxiana é impensável o desvelamento da facticidade em questão e todas as suas decorrências na estruturação da vida cotidiano contemporânea” (Netto, 2007, p. 90) — que buscaremos trazer as contradições dispostas no dia a dia do trabalho com a população em situação de rua na cidade do Recife a partir de algumas aproximações teóricas, acerca do contexto de capitalismo dependente da sociedade brasileira, em especial a condição do Recife como periferia da periferia, as consequências do neoliberalismo nas políticas sociais e os desafios do trabalho do Serviço Social com a população em situação de rua.

Para isso, além dessa introdução e das considerações finais, este artigo apresenta duas seções principais: 1. Capitalismo dependente, população em situação de rua e o neoliberalismo de esquerda e 2. O cotidiano, o trabalho do Serviço Social e o Centro pop.

Capitalismo dependente, população em situação de rua e o neoliberalismo de esquerda

Antes de adentrar ao cerne dessa seção, e tratar da população em situação de rua, é necessário traçar os parâmetros analíticos que delimitam nosso percurso de entendimento acerca da formação econômico-social do país, seu papel na integração ao mercado mundial e as consequências disso para os rumos da vida do povo brasileiro.

O Brasil está inserido na divisão internacional do trabalho de forma dependente, sendo esta dependência entendida nos termos de Marini (2000, 2011) como uma relação de subordinação, uma forma de estruturação singular na qual as relações de produção e reprodução do capitalismo se dão de maneira própria em nossos países latino-americanos, em síntese, o subdesenvolvimento não se dá por falta de relações capitalistas, mas o seu oposto, o atraso é a maneira particular do desenvolvimento desigual e combinado.

Dessa forma, compreender o conceito de dependência “é um instrumento indispensável para desvendar as leis que regem o desenvolvimento de nossas sociedades — sua forma, seu movimento e as alternativas de desenvolvimento possíveis, sobre as quais nos cabe agir” (Santos, 2020, p. 69).

Há também a necessidade de pontuar as divisões desiguais que existem dentro desse país, que refletem uma estrutura no papel interno das diversas regiões do Brasil, situando locais centrais e locais periféricos na divisão regional do trabalho.

A cidade do Recife, situada no nordeste brasileiro, carrega consigo traços da desigualdade universal que traz o Brasil enquanto país dependente, mas também reflete uma dinâmica de subalternidade na atual quadra histórica frente aos grandes centros situados no sudeste

do país, carregando com isso todas as amálgamas da relação desigual inter-regional, delegando um padrão de produção e reprodução diferenciados, fazendo dessa cidade uma periferia da periferia.

Esta reflexão acerca da dialética relação da cidade do Recife se mostra importante, pois, tal característica apresentada nos revela

a funcionalidade do atraso, que também se apresenta como moderno, na realidade brasileira a partir da configuração regional e, portanto, na viva e permanente divisão inter-regional do trabalho. A conformação das regiões caminha, assim, no (des)compasso necessário que permita o “rendimento máximo” para o capital através de formas de exploração do trabalho, na medida do possível, também máximas, demandando a combinação de aspectos tidos como retrógrados que não deixam de se modernizar (Pereira, 2018, p. 275).

E tal relação desigual nos impõe papéis específicos na composição da divisão inter-regional do trabalho, bem como expressões da questão social particulares. Como nos destaca a autora,

Daí o destaque do Nordeste, região que historicamente cumpre um papel central na divisão regional do trabalho, constituindo, nas palavras de Marx (1984), um “exército industrial de reserva” ou uma “superpopulação relativa” que tenciona o rebaixamento do preço da força de trabalho no país; com grande diferenciação salarial em relação à média nacional; menor índice de industrialização em comparação a outras regiões, implicando em taxas reduzidas de produtividade do trabalho e menor composição orgânica do capital; maior peso da pauperização absoluta e, portanto, de condições de trabalho precárias e informais; além da grande marca da questão agrária que retrai ainda mais o mercado interno e revela com maior clareza a relação dialética entre o moderno e o atraso no capitalismo como desdobramento da lei do desenvolvimento desigual e combinado (Pereira, 2018, p. 276).

Outro traço particular que devemos jogar luz acerca desse desenvolvimento capitalista dependente se dá através da forma típica da exploração da força de trabalho. A força de trabalho é explorada a níveis distintos, como forma de compensação da perda de mais-valia nesse intercâmbio desigual e combinado, sendo a superexploração a forma específica de extração do excedente do tempo de trabalho, como nos demonstra Marini (2000, 2011).

Dado marcante do caráter excludente dessa sociedade, que expressa uma dinâmica universal do modo de produção capitalista, é a incorporação de uma parcela minoritária da população no ciclo de produção e distribuição da riqueza, ou seja, a produção de uma superpopulação relativa acima do que o ocorre nos países centrais. E isso ocorre “por um lado, incorporando um setor minoritário da população ao sistema produtivo (que, como vimos, baseia-se na superexploração) e, por outro, excluindo e marginalizando camadas cada vez mais extensas da população” (Santos, 2020, p. 68).

Esta característica de exclusão está fortemente alicerçada no racismo como elemento legitimador social. Um dos exemplos marcantes dessas características pode ser visto no caráter negativo atribuído ao conceito social do trabalho (Ianni, 1989, p. 152), uma vez que define a relação do capital e trabalho de forma desigual e contraditória, que legará à futura classe trabalhadora, que é majoritariamente negra e feminina, as piores formas de trabalho

e remuneração e que conformará através do racismo o elo de sustentação da (super) exploração da nossa força de trabalho¹.

Dentro dessa ótica e na articulação com o debate sobre o capitalismo dependente podemos compreender como a produção baseada na superexploração da força de trabalho, com baixa remuneração e com seu traço heteronômico e subalterno “[...] gera agudas fraturas sociais: ilhas de riqueza no meio de um mar de pobreza, trabalhadores esgotados prematuramente, miséria e desemprego” (Osorio, 2019, p. 2019).

Baseado nesse entendimento, e partindo de uma compreensão crítica, compreendemos que

a “questão social” é mais do que pobreza e desigualdade. Ela expressa a banalização do humano, resultante de indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a elas atinentes. Indiferença ante os destinos de enormes contingentes de homens e mulheres trabalhadores submetidos a uma pobreza produzida historicamente (e, não, naturalmente produzida), universalmente subjugados, abandonados e desprezados, porquanto sobrantes para as necessidades médias do capital (Iamamoto, 2009, p. 22).

O desprezo e o abandono aos sobrantes para o capital se expressa, e tem se expressado com bastante intensidade, nos últimos anos diante do acirramento da luta de classes. Em face da última crise estrutural do capital, iniciada em 2008 e que tem suas reverberações até a atualidade (sentidas no Brasil especialmente a partir de 2012/2013) e das estratégias de contenção da tendência da taxa de lucros, há um aumento do desemprego, e por consequência da superpopulação relativa, e uma redução da média salarial.

Esta (super)população se materializará de diversas formas e nas distintas expressões da questão social. Uma delas será a moradia precária ou a falta absoluta de moradia, que irá perfazer a nossa população em situação de rua. É válido ressaltar que a pop rua é caracterizada pela sua heterogeneidade, pelos vínculos familiares interrompidos ou fragilizados, a extrema pobreza e a falta de moradia habitual (Brasil, 2009).

Em 2023, o Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) divulgou o relatório intitulado População em Situação de Rua: Diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do governo federal com o intuito de “apresentar informações referentes à população em situação de rua do país, a partir dos dados disponíveis nos cadastros e sistemas de informação do Governo Federal” (Brasil, 2023, p. 7).

De acordo com o relatório divulgado há 263.400² pessoas em situação de rua em 3.354 municípios brasileiros (o que corresponde a 64% do território nacional) e “em números absolutos, o Sudeste conta com o maior quantitativo de pessoas em situação de rua cadastradas, alcançando 145.689, em dezembro de 2022, o que representa 62% do total do país” (Brasil, 2023, p. 16). Outros dados relevantes encontrados nesse relatório dizem respeito ao perfil das pessoas em situação de rua: são do sexo masculino (87%), com idade

¹ O caso recente de trabalho análogo à escravidão em vinícolas no Rio Grande do Sul com trabalhadores baianos negros é uma demonstração desse fato.

² Este dado foi obtido a partir das análises do Cadastro Único do governo federal.

entre 30 e 49 anos (55%), negras (58%) sendo destrinchados entre pretas (17%) e pardas (51%) (Brasil, 2023).

Um dos objetivos da Política Nacional da População em Situação de Rua (PNPSR) é “instituir a contagem oficial da população em situação de rua” bem como “incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero e geracional” (Brasil, 2009, p. 2).

Com base nisso, o Recife no ano de 2023 elaborou o Censo Pop Rua elaborado em parceria com a Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Os elementos desse recenseamento espelham os dados nacionais, as ruas em Recife são predominantemente masculinas (76%), expressando as mazelas do racismo estrutural, com 80,18% das pessoas negras, sendo pretos 23,62% e pardos 56,56%. Quanto à faixa etária, 94% são de pessoas adultas, subdividindo-se entre 11,81% de idosos e 83,08% entre 18 e 59 anos.

Esses números refletem o nosso passado, escravista e excludente, que se reatualiza em novas bases no capitalismo dependente e reproduz incessantemente “uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida de cada dia” (Yazbek, 2006, p. 63).

Essa realidade tem sido enfrentada e está inscrita dentro de uma determinada condução político-econômica, que se tornou dominante na racionalidade do mundo, que é o neoliberalismo. Menciono aqui o neoliberalismo não apenas como ideologia político-econômica, mas como forma cultural, na qual o mercado, a ética individualizante e o espírito do consumismo são erigidos como o modelo subjetivo e normativo da vida social.

O neoliberalismo, atrelado à reestruturação produtiva, encontra-se como uma contraofensiva burguesa à crise do capital que se inicia nos anos 1970 (Behring, 2008), após as ondas longas de crescimento do período de ouro do capitalismo, “quando todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo” (Anderson, 1995, p. 1).

Estando impregnado atualmente tanto nos partidos de direita e de esquerda, nota-se então que política e ideologicamente “[...] o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios” (Anderson, 1995, p. 6), como nos dizeres de Margaret Thatcher: não há alternativas.

Diante disso é necessário que debatamos, ainda que rapidamente, de modo crítico o neoliberalismo de esquerda, o neoliberalismo progressista ou o chamado social-liberalismo, visto que o Recife há cerca de 12 anos é governado por partidos de tendência social-liberal³. O primeiro ponto a se destacar é aquilo que distingue a prática da esquerda no campo neoliberal em relação à direita.

³ O Recife é governado pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) desde 2012.

O neoliberalismo de esquerda tem se configurado como uma vertente política que se diferencia da direita nos aspectos éticos e das propriedades da aparência discursiva (que não são desimportantes, vale ressaltar): o discurso de respeito aos direitos humanos, às mulheres, ao LGBTs e grupos vulnerabilizados, a defesa abstrata da educação, saúde pública e da democracia.

Contudo, em sua essência — o cariz macroeconômico — permanecem alinhados num projeto de continuidade atroz. O elo que faz com que se conserve a gestão do neoliberalismo à esquerda e à direita é o discurso da austeridade. Há, especialmente a partir do golpe de 2016, um rebaixamento no horizonte político da esquerda brasileira⁴, não se fala mais pautas como ampliação de direitos, fim da exploração, transformação da sociedade, em luta de classes, em reforma agrária, em opressão, em burguesia, em classe trabalhadora e em revolução.

O discurso hegemônico foi capitulado em prol da defesa do livre mercado, da responsabilidade fiscal, da “reforma”⁵, do empoderamento, do empreendedorismo, do voluntariado, da filantropia empresarial, da aliança de classes em tom rebaixado (“para não retroceder o que temos”) e especialmente o discurso da Austeridade Fiscal, do corte de gastos,

O bloco progressista-neoliberal combinou um programa econômico neoliberal e plutocrático com uma política de reconhecimento liberal-meritocrática. O componente distributivo desse amálgama era neoliberal. Determinadas a libertar as forças do mercado da pesada mão do Estado e da moenda dos ‘impostos e gastos’, as classes que lideraram esse bloco visavam liberalizar e globalizar a economia capitalista. O que isso significava, na realidade, era a financeirização: desmantelamento das barreiras e das proteções à livre circulação do capital; desregulamentação bancária e ampliação das dívidas predatórias; desindustrialização; enfraquecimento dos sindicatos e difusão dos trabalhos precários e mal remunerados (Fraser, 2020, p. 38).

Sendo assim, as esquerdas progressistas no Brasil não buscam mais o confronto político em prol da transformação radical da nossa realidade, de enfrentamento ao novo padrão de especialização produtiva⁶ (Osório, 2012), mas para agir como um gerente da ordem burguesa neoliberal, buscando “moldar politicamente as relações econômicas e sociais regidas pela concorrência” (Dardot; Laval, 2016, p. 68). Esse movimento compõe uma tendência de “formação de um novo senso comum, um consenso que ocupa o centro da política mundial e neutraliza as lutas mais radicais de combate às expressões da “questão

⁴ Rebaixamento que está em curso desde 2002 com as sucessivas políticas de conciliação, mas que tem se acentuado na última década, sintetizada na carta ao povo brasileiro e que se mostra viva neste 5º governo petista.

⁵ Que se trata, em verdade, de contrarreformas que desconstroem uma série de aparatos legais e institucionais voltados para a classe trabalhadora. Para uma análise mais profunda do tema, ver Behring (2008).

⁶ Processo no qual, segundo Jaime Osorio, a economia nacional é subsumida a uma nova lógica de acumulação, reatualizando e aprofundando tendências históricas, na qual as economias são “integradas ou subsumidas e submetidas ao novo projeto exportador, no qual os eixos exportadores constituem, em geral, segmentos de grandes cadeias produtivas globais sob a direção de empresas multinacionais (Osorio, 2012, p. 106).

social”, ou mesmo de eliminação do capitalismo” (Castelo, 2013, p. 274), numa tendência de permanente cultura da crise (Mota, 2015).

Neste contexto, as ações políticas em torno da mediação das expressões da questão social se dão de maneira parcial, focalizada, mobilizando o voluntarismo, a terceirização e a privatização do que for possível. Diante disso, “corremos o risco de presenciar medidas pontuais de arrefecimento das tensões derivadas das expressões mais agudas da “questão social” e ver, no essencial, tudo permanecer como está” (Castelo, 2013, p. 277).

Tem-se, portanto, nesse contexto de capitalismo dependente e de hegemonia neoliberal um esgarçamento das contradições da realidade brasileira. Há uma ampliação da desigualdade e das diversas expressões da questão social, em especial da questão da moradia e da população em situação de rua. Aliado a isso, existe uma redução e destruição permanente da capacidade de respostas das políticas sociais públicas, fato que interfere diretamente na dinâmica de trabalho do Assistente Social, particularmente no trato com populações em situação de precarização social como é a população em situação de rua.

O cotidiano, o trabalho do serviço social e o centro pop

Pensar nas contradições dispostas no dia a dia do trabalho como Assistente Social com a população em situação de rua no centro pop, na conjuntura na qual se encontram as políticas sociais e nos processos de trabalho nos quais o Serviço Social está imerso é necessário para que escapemos das armadilhas do cotidiano.

Ainda que a esfera do cotidiano seja parte integrante do lugar de reprodução dos indivíduos, se configurando enquanto “um espaço ineliminável e insuprimível” (Guerra, 2013, p. 49), permanecer na tradição histórica do trabalho sob o capitalismo, alienado, irrefletido, não é uma opção compatível ao projeto ético-político do Serviço Social,

exceto se nós, Assistentes Sociais, quisermos nos deter, na condição de profissionais que “programam” (ou concorrem para tal) a cotidianidade, nos umbrais da facticidade que põe a pseudoconcreticidade, a única alternativa para um tratamento consequente dela é excitar uma análise que, em si mesma, plasma uma crítica da vida cotidiana. Para tanto, é irremediável o apelo a uma postura teórico-metodológica e a um sistema categorial — aqueles que peculiarizam a obra marxiana — que, definitivamente, são alheios à nossa tradição formativa e operativa. É tempo de subverter esta tradição (Netto, 2007, p. 90).

Portanto, um dos aspectos fundamentais, especialmente na contemporaneidade, que se coloca presente para o Serviço Social “é conseguir superar a fugacidade do cotidiano institucional e construir estratégias coletivamente, entre si e com outros atores, para possibilitar um exercício profissional comprometido com outros valores que não esses que a hegemonia burguesa tenta impor” (Souza, 2014, p. 46).

O cotidiano apresenta quatro características essenciais, segundo Guerra (2013): o primeiro é a heterogeneidade, dimensão na qual as diversas demandas do cotidiano apresentam-se de maneiras distintas. Outro atributo é a espontaneidade, que se refere a maneira como estas demandas da vida social aparecem na cotidianidade, de modo que “os sujeitos se apropriam de maneira espontânea (e naturalizada) dos costumes, dos modos e comportamentos da sociedade” (Guerra, 2013, p.50).

A imediatividade surge como outro aspecto determinante do cotidiano, por essa forma espontânea de surgir e pela dimensão espaço-tempo surge a necessidade de resolvê-los de forma imediata. A última característica que se apresenta é a superficialidade extensiva, nesta os fenômenos do dia a dia são contemplados e demandados como se a superfície (ou a imediatividade) refletisse toda a essência da ação e da vida social, que se encerra em si mesma.

Refletir acerca dessa temática, dessas características, mostram-se, portanto, além de mero formalismo discricionário, como estratégias profissionais para superação das tarefas irrefletidas, burocráticas, pragmáticas, dadas a respostas pontuais, parciais e temporárias que são requeridas pelas populações atendidas e pelas instituições nas quais Assistentes Sociais são empregados, especialmente em tempos de hegemonia neoliberal.

Visto que, “a crítica da vida cotidiana implica ultrapassar as aparências que a escamoteiam, para redescobri-la em toda a densidade do seu conteúdo histórico, a partir do desvendamento das formas pelas quais se expressa” (Iamamoto; Carvalho, 2014, p. 123).

Disso decorre ponderar acerca das políticas sociais, cujas ações estão carregadas dessas expressões do cotidiano que tencionam aos processos de trabalho dos profissionais que as operam. Elas tendem a refletir um processo de conflitos de interesses em disputa na sociedade, na qual tenta-se sobrepor às implicações teóricas, éticas e de reflexão por parte dos trabalhadores que exercem no dia a dia as suas funções a racionalidade imediata e irreflexiva do cotidiano.

Decorre desse mix de demandas, de necessidades imediatas, de sobreposição do irrefletido sobre o refletido, o chamado sincretismo profissional e a busca pelo ecletismo teórico (Netto, 2011) como forma de dar respostas condizentes com tais necessidades.

Surge também um outro entrave que é a capitulação do trabalho profissional ao imediatismo pragmático, ou seja, “para a consciência comum, que atua nas demandas do cotidiano, a atividade prática contrapõe-se à teoria, ou como se costuma ouvir, na prática a teoria é outra” (Guerra, 2013, p. 53).

É diante dessa conjuntura que se

favorece a retomada de requisições históricas dirigidas ao Serviço Social, de enquadramento, disciplinarização e controle das classes e grupos subalternos, que reforçam a perspectiva do/a assistente social como profissional da coerção e do consenso, como analisou Iamamoto em 1982. Embora estas requisições não sejam novas, ao contrário, estão presentes (Raichellis, 2020, p. 36).

A política social cumpre, portanto, um duplo papel na sociedade burguesa, que está permanentemente em disputa: 1) o de controle das demandas da classe trabalhadora, como adverte Netto (2011, p. 26), “no capitalismo monopolista a preservação e o controle contínuos da força de trabalho, ocupada e excedente, é uma função estatal de primeira ordem” e 2) a de garantia e de expansão dos direitos socialmente conquistados da classe trabalhadora.

Pensando o âmbito da política de Assistência Social — política que está essencialmente vinculada às necessidades mais imediatas da vida da classe trabalhadora precarizada

(garantia de segurança de sobrevivência ou de rendimento e autonomia, segurança de convívio ou vivência familiar e segurança de acolhida (Brasil, 2005)) — e especialmente a sua política voltada à população em situação de rua, é fundamental manter um posicionamento crítico e autocrítico diante das requisições que são postas para Assistentes Sociais que estão na ponta desses serviços.

A população em situação de rua tem na política de Assistência Social como equipamento imediato o Centro Pop (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) que “constitui-se em uma unidade de referência da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de caráter público estatal, com papel importante no alcance dos objetivos da Política Nacional para a População em Situação de Rua” (Brasil, 2011, p. 10).

Como situamos na seção anterior, o atendimento a pop rua⁷ é ofertado para uma população altamente heterogênea, que tem as ruas como espaço de vivência e sobrevivência e que possuem requisições de natureza muito imediatas — vinculadas às condições precárias de vida nas quais estão inseridas — mas que refletem as determinações estruturais do capitalismo dependente brasileiro.

Pensando as particularidades da cidade do Recife – enquanto capital mais desigual do país – e na grande desigualdade que conforma as diversas regiões da capital (e da capital para o interior), temos uma acentuação das contradições que o modo de produção carrega em seu amago em relação à população em situação de rua.

A cidade conta, de acordo com dados do último trimestre de 2023 da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua)⁸, com uma taxa de 11,9% de desemprego (desocupação) e com 5,2% de analfabetismo, com um déficit habitacional de mais de 70 mil moradias.

No que tange ao direito à ocupação do território, segundo a pesquisa do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden)⁹, considerando-se o número de pessoas afetadas, Recife é a quinta cidade mais impactada pelas enxurradas e deslizamentos de terras. São 207 mil habitantes vivendo em áreas de risco, o que significa 13,4% da população.

Outro dado fundamental que é essencial para refletir sobre essa população é a fome. Ainda que não destaque especificamente o Recife, estudos realizados pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (Rede PENSSAN, 2022) demonstram que o estado de Pernambuco possui 2,1 milhões de pessoas em insegurança alimentar, sendo 22,8% em insegurança alimentar leve, 14,1% moderada e 22,2% grave.

Esses aspectos refletem diretamente nos números relativos à população em situação de rua, visto que condicionam possibilidades das ampliações das condições de perda de

⁷ Termo reduzido para designar a população em situação de rua.

⁸ Números disponíveis em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>

⁹ Cf. Números em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101589>

moradia em situações de ocorrências de deslizamentos, de pessoas sem acesso a emprego ou trabalhos precários com baixa remuneração.

Toda essa conjuntura se soma a uma série de ausências nos principais pontos do centro comercial do Recife, espaço principal de permanência da população em situação de rua, de acesso a serviços básicos de higiene e alimentação, como banheiros públicos e restaurantes populares.

No Recife há algumas iniciativas por parte da prefeitura, vinculada à secretaria de Assistência Social, para a população em situação de rua, seguindo as orientações da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviço Socioassistenciais.

Existe a porta de entrada para os serviços assistenciais, o Centro Pop. Há quatro Centros Pops distribuídos pela cidade do Recife. Além deste serviço, existem dois restaurantes populares no centro do Recife e 17 locais que acolhem a população em situação de rua, divididos em sete casas para crianças e adolescentes, quatro casas para adultos e famílias, três casas para idosos, um abrigo noturno e duas pousadas que oferecem hospedagem, credenciadas por meio do Programa Recife Acolhe.

O Recife Acolhe atua como principal programa municipal voltado à pop rua, agindo como uma espécie de “programa guarda-chuva”, que está dividido em seis eixos: Ampliação dos Serviços; Moradia; Segurança Alimentar; Educação, emprego e Renda; Doação e Institucional.

Para além da ação do Recife Acolhe, o Moradia Primeiro também está inserido no eixo de inovação habitacional do Programa de Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental (PROMORAR), com execução financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Apesar desses equipamentos estarem em atividade e serem uma conquista importantíssima da população em situação de rua, visto que asseguram a efetivação da política de assistência, mostram-se ainda insuficientes diante da crescente demanda de uma realidade tão desigual como a do Recife.

Vê-se no cotidiano de trabalho do Centro Pop o aumento de uma série de demandas por necessidades históricas como: moradia popular, por encaminhamentos para acolhimentos em abrigos, para obtenção de documentações, acesso ao mercado formal de trabalho, (re)inserção nas políticas educacionais e de qualificação, de acesso à política de segurança alimentar etc.

Todas essas reivindicações expressam um aspecto do conflito entre capital e trabalho, refletem uma herança do nosso processo de formação econômico-social, das determinações da desigualdade regional, do processo de formação do exército de reserva, em síntese da lei geral de acumulação.

Bem como, na face desse espelho

cada uma dessas situações remete a sujeitos, violados e ultrajados em seus direitos, que estabelecem formas de luta e de resistência, tanto no âmbito de suas

realidades particulares, como de modos coletivos, os quais, muitas vezes, desafiam as normas que validam a ‘ordem social’” (CFESS, 2014, p. 20).

Essas requisições se colocam aos Assistentes Sociais que estão inseridos no Centro Pop de maneira que refletem demandas imediatas, heterogêneas, espontâneas e com superficialidade extensiva, haja vista a urgência que a dinâmica da vida nas ruas impõe às pessoas que nele sobrevivem.

Contudo, tais requerimentos esbaram numa lógica de respostas às expressões da questão social que tem um limite muito determinado: a institucionalidade da ordem burguesa sob a égide neoliberal, que desmonta as políticas públicas de caráter universal e insere em seu lugar ações pontuais de “combate” à pobreza, com orçamento cada dia mais enxutos, com políticas de natureza focalizada, parcializada e privatizada (Behring, 2008) e com múltiplos critérios de acesso, que se materializam em verdadeiras barreiras de entrada.

Quando essas demandas não podem ser atendidas pelo equipamento, por conta das limitações e pelas contradições dessas políticas sociais, há uma série de conflitos que irrompem entre os usuários e a equipe de trabalhadores (que representam de certa maneira a presença do Estado) que vão desde um debate nas instâncias de controle, até conflitos de natureza mais grave com violência física, agressões e depredações do ambiente de trabalho.

Esse quadro traz também uma série de implicações aos profissionais envolvidos nesses equipamentos, visto que, aliado a essas contradições estruturais do Estado burguês, há ainda a falta de estrutura adequada nos espaços de trabalho, a sobrecarga de tarefas para os trabalhadores, a superexploração da força de trabalho, os baixos salários, os problemas de saúde mental que se acumulam no âmbito da Assistência Social, entre outros.

Há todo um tensionamento estrutural que explode, pois, “esse quadro de radicalização da questão social atravessa o cotidiano do Assistente Social que se defronta com segmentos de trabalhadores duplamente penalizados” (Iamamoto, 2015, p. 148).

Como ainda nos lembra a autora acerca desse processo de conflitos no âmbito da questão social e suas expressões, a questão social guarda em si uma possibilidade de resistência e rebeldia (Iamamoto, 2000), que pode expressar-se de diversas formas,

é nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movidos por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. Exatamente por isso, decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social, hoje, é de fundamental importância para o Serviço Social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais — sua produção e reprodução ampliada — quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano dos segmentos majoritários da população que dependem do trabalho para a sua sobrevivência (Iamamoto, 2000, p. 27).

Posto que “sobreviver no interior de uma sociedade que descarta e expulsa essa população ‘sobrante’, que não interessa ao mercado de consumo, é conviver no dia a dia com a

violência em suas diversas expressões — interpessoal, interfamiliar, policial, judicial e institucional” (Fávero, 2014, p. 15–16).

Considerações finais

O trabalho com a população em situação de rua no contexto de capitalismo dependente assume diversas dificuldades que carregam marcas estruturais da nossa formação social, saturada pelo racismo, pela desigualdade regional e pela concentração de renda, terra e propriedade.

Em tempos de acentuação da luta de classes, marcada por uma ofensiva das classes dominantes através da hegemonia do (ultra)neoliberalismo, inclusive entre os partidos de esquerda, especialmente no tocante às políticas fiscais de austeridade, que dizimam os empregos, as políticas de proteção social, há um aumento significativo da parcela da população em trabalhos informais ou precários, desempregada e conformando a nossa superpopulação relativa e supérflua para as necessidades médias do capital.

Tudo isso impacta o trabalho do Assistente Social, especialmente com uma população altamente desprotegida como a pop rua. O cotidiano, que é uma parte insuprimível do real, coloca-se como um desafio a ser descompactado pelos profissionais para que tenhamos uma compreensão crítica da realidade e das requisições demandadas ao Serviço Social, em consonância com os princípios éticos e políticos defendidos. Posto que na atualidade “exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, pesquisa e decifra a realidade” (Iamamoto, 2000, p. 48).

Diante desses desafios é necessário aproveitar a autonomia relativa do profissional Assistente Social para ampliar “as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade” (Iamamoto, 2000, p. 48), para tencionar os debates, a participação nos espaços de controle social, tanto de profissionais quanto de usuários da política estimulando a organização coletiva.

Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9–23.

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social (PNAS): Norma Operacional Básica (NOB/Suas)**. Brasília, 2005.

BRASIL. **Orientações técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua. Brasília, DF: Centro Pop. Gráfica e Editora Brasil Ltda., 2011.

BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e

Monitoramento, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF: 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 5 mar. 2024.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC). **População em situação de rua**: diagnóstico com base nos dados e informações disponíveis em registros administrativos e sistemas do Governo Federal. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/relat_pop_rua_digital.pdf. Acesso em: 08 mar. 2024.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CFESS – CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Atuação de assistentes sociais no sociojurídico**: subsídios para reflexão. Brasília, DF: CFESS, 2014.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Cristian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FÁVERO, Eunice T. Barbárie social e exercício profissional: apontamentos com base na realidade de mães e pais destituídos do Poder Familiar. In: FÁVERO, Eunice. T.; GOIS, Dalva A. (org.). **Serviço Social e temas sociojurídicos**: debates e experiências. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

FONTES, Virgínia. Prefácio na tragédia da pandemia, 2020. In: BRAVO, M.I.S.; MATOS, M. C.; FREIRE, S. M. F. (org.). **Políticas sociais e ultra neoliberalismo**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020.

FRASER, Nancy. **O velho está morrendo e o novo não pode nascer**. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GUERRA, Yolanda. A dimensão técnico-operativa do exercício profissional. In: SANTOS, Claudia M. dos; BACK, Sheila; GUERRA, Yolanda (org.). **A dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 2 ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2013. p. 45–74.

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS. **Serviço Social Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

IANNI, O. **A questão social**. Revista USP, n. 3, p. 145–154, 1989. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i3p145-154>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revusp/article/view/25490>. Acesso em: 22 jun. 2025.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da dependência**: uma ontologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARINI, Ruy M. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2011. p. 131–172.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo, Boitempo, 2017.

MIRANDA, Humberto da S. et al. **Relatório final**: censo da população em situação de rua da cidade do Recife. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2023. Disponível em: chrome-xtension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj/https://www2.recife.pe.gov.br/sites/default/files/censo_populacao_rua_recife_2023.pdf. Acesso em: 08 mar. 2024.

MOTA, Ana E. **Cultura da crise e seguridade social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, João P. Para a crítica da vida cotidiana. In: Carvalho, Maria B.; NETTO, José P. **Cotidiano**: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 2007.

NETTO, João P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Evelyne M. **A dialética do desenvolvimento desigual inter-regional**: a questão social no nordeste brasileiro (2007–2015). 2018. 306 f. Tese (Doutorado) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

OSORIO, Jaime. “América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva: estudo de cinco economias da região”. In: FERREIRA, Carla; OSORIO, Jaime; LUCE, Mathias (org.). **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012.

OSORIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

RAICHELIS, Raquel. Atribuições e competências profissionais revisitadas: a nova morfologia do trabalho no Serviço Social. In: CFESS (org.). **Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão**. Brasília, CFESS, 2020. v. 2.

RECIFE tem maior desigualdade entre capitais em 2019 e PE fica em terceiro no país em concentração de renda, diz IBGE. **G1**, 12 nov. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pe/pe/noticia/2020/11/12/recife-tem-maior-desigualdade-entre-capitais-em-2019-e-pe-fica-em-terceiro-no-pais-em-concentracao-de-renda-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 21 fev. 2024.

REDE PENSSAN. **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil**: II VIGISAN. 2022. (Suplemento I Insegurança Alimentar

nos estados). Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/arquivos/2022/10/14/olheestados-diagramacao-v4-r01-1-14-09-2022.pdf>. Acesso: 22 jun. 2022.

SALATA, André R.; RIBEIRO, Marcelo G. **Boletim Desigualdade nas Metrôpoles**: edição especial: dados anuais (2012–2022). Porto Alegre/RS, n. 13, 2023. Disponível em: https://www.pucrs.br/datasocial/wp-content/uolodas/sites/300/2023/06/BO-LETIM_DESIGUALDADE_NAS-METROPOLES_13.pdf. Acesso em: 03 mar. 2024.

SANTOS, Theotonio dos. **Socialismo ou fascismo**: o novo caráter da dependência e o dilema latino-americano. Tradução de Diógenes Moura Breda. 1. ed. Florianópolis: Insular Livros, 2020.

SOUSA, Charles T. Práticas punitivas e Serviço Social: reflexões sobre o cotidiano profissional no campo sociojurídico. In: FÁVERO, Eunice. T.; GOIS, Dalva A. (org.) **Serviço Social e temas sociojurídicos**: debates e experiências. Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2014.

YAZBEK. Maria C. **Classes subalternas e assistência social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

Submetido em: 14/4/2025

Aceito em: 18/5/2025